



Brasil já tem três casos da nova cepa

Exame de paciente em SP dá positivo para ômicron. Episódios no RJ, em BH e DF são monitorados

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O Instituto Adolfo Lutz confirmou, ontem, o terceiro caso da nova cepa ômicron no Brasil. Trata-se de um homem de 29 anos, que desembarcou no Brasil no último sábado, vindo da Etiópia — não apresentava sintomas ao chegar ao Brasil e foi testado ainda no aeroporto. Vacinado com as duas doses do imunizante da Pfizer, ele segue em isolamento, sem sintomas, desde que foi confirmado o teste positivo.

Após São Paulo confirmar três infecções, Rio de Janeiro e Belo Horizonte investigam duas suspeitas. No Rio, trata-se de uma passageira que desembarcou da África do Sul no último dia 21. O voo também fez escalas em Joanesburgo, Etiópia e São Paulo, antes de chegar à capital fluminense. A informação foi confirmada pelo secretário estadual de Saúde, Daniel Soranz, ontem. A amostra do exame da paciente, também de 29 anos, está em análise na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Segundo Soranz, a mulher entrou no país com um teste negativo. Mas, mesmo sem sintomas, ela precisou refazer o exame alguns dias depois, e o resultado deu positivo. “No dia 29, ela realizou outro teste de PCR de rotina para o trabalho, e deu positivo. A gente colheu uma nova amostra ontem à noite (30) e enviamos para a Fundação Oswaldo Cruz”, disse o secretário. De acordo com a Secretaria de Saúde, a paciente já havia tomado as duas doses da vacina da Pfizer contra a covid-19, ainda no Brasil.

Sem vacinação

Já em Belo Horizonte, uma mulher recém-chegada do Congo testou positivo para o novo coronavírus na última segunda-feira. De acordo com informações da Secretaria de Estado de Saúde de Minas, a viajante saiu do país africano, fez escala na Turquia e desembarcou em São Paulo. Aqui, ela pegou um ônibus e seguiu para Belo Horizonte, onde chegou no último dia 20.

A paciente, que ainda não se vacinou contra a covid-19,



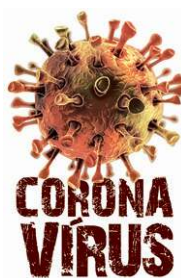
As vacinas permanecem efetivas na prevenção contra a covid-19 e desfechos clínicos graves. A melhor coisa que a população pode fazer é ser vacinada e manter as medidas de prevenção*

Nota da Anvisa, enfatizando a necessidade de se vacinar para prevenir contra a ômicron

começou a sentir os sintomas da doença em 22 de novembro, mas só procurou o serviço hospitalar no último domingo. A prefeitura de Belo Horizonte afirmou que ela está internada em isolamento e a amostra de seu exame foi enviada para testagem na Fundação Ezequiel Dias — o resultado do sequenciamento genético deve ser divulgado ainda nesta semana.

Assim como no Rio e em Belo Horizonte, no Distrito Federal um caso vem sendo avaliado.

Os dois casos da ômicron identificados no Brasil são de um homem de 41 anos e de uma mulher de 37 anos, que vieram da África do Sul. Ontem, a vigilância municipal de São Paulo indicou que ambos também estavam vacinados contra a covid-19 — receberam o imunizante da Janssen em solo sul-africano. Representa que todos os casos da nova cepa



identificados aqui são de pessoas vacinadas e isso não significa que as vacinas não possuem eficácia contra a variante.

Cautela

Os produtores de vacinas contra o novo coronavírus estão testando os próprios imunizantes para saber se há alguma vulnerabilidade imunológica da ômicron. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalia que o momento é de “cautela” e informou que aguarda receber informações dos laboratórios sobre os testes de vacinas usadas no Brasil contra a nova cepa.

Porém, a Anvisa reforçou a efetividade das vacinas na prevenção ao coronavírus. “As vacinas atuais permanecem efetivas na prevenção contra a covid-19 e desfechos clínicos graves, incluindo hospitalização e

morte. O momento é de cautela. A melhor coisa que a população pode fazer é ser vacinada ou receber o reforço do imunizante e manter as medidas de prevenção, como o uso de máscara, a higienização das mãos e o distanciamento social”, completou.

Também ontem, a Anvisa enviou à Casa Civil da Presidência da República ofício no qual ratifica as orientações pela adoção de medidas restritivas que impeçam, temporariamente, voos com destino ao Brasil vindos de Angola, Malawi, Moçambique e Zâmbia. Sugere, ainda, que seja pedido o comprovante de vacinação para todos os passageiros que venham do exterior, a fim de que o Brasil não se torne que aceite todos aqueles que se recusam a se vacinar.

Dos países africanos, já há restrições para quem venha da África do Sul, da Namíbia, do Lesoto, do Zimbábue, do Botsuana e do Essuatíni.

AMAZÔNIA

Defensores do garimpo pedem ajuda ao governo

» JOÃO VITOR TAVAREZ*

Após uma operação da Polícia Federal desinstalar 131 balsas no Rio Madeira (AM) que praticavam garimpo ilegal, no último fim de semana, e incendiar várias delas, prefeitos e garimpeiros estiveram, ontem, em Brasília, reunidos com integrantes do governo federal para discutir a situação da extração mineral na região, considerada ilegal pela Justiça e lesiva ao meio ambiente. Os garimpeiros vinham fazendo a exploração do ouro sem qualquer preocupação com a degradação do bioma e ferindo todas as leis que regem a atividade.

A comitiva que veio à capital federal foi composta por integrantes de quatro municípios amazonenses. De Auzazes vieram o prefeito Deidei Lobo, o presidente da Câmara de Vereadores, Manoel Domingos dos Santos, e o vice-prefeito Paulo Sérgio Machado Barbosa; de Manicoré, o presidente da Câmara de Vereadores, Markson Barbosa; de Nova Olinda do Norte, o prefeito Adenilson Reis; e de Novo Aripuanã, o prefeito Joice Souza.

O grupo esteve no Ministério da Defesa, por volta das 15h, para reunião. Também esteve com senadores da bancada da Amazônia no Senado, composta pelos senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Omar Aziz (PSD-AM) e Plínio Valério (PSDB-AM).

“Os prefeitos que estão nessa área onde acontece essa exploração, muitas vezes familiar, vão trazer uma proposta para gente encaminhar e regularizar essa atividade. O que não dá é permitir o prejuízo ambiental. Mas há forma de não ter esse prejuízo e as pessoas continuarem trabalhando”, disse Omar Aziz.

Pelas redes sociais, Eduardo Braga disse que sugeriu “aos prefeitos que seja feito um cadastro dos que se dedicam a essa atividade econômica, além de um manual normativo para o extrativismo”. Na postagem, o senador também afirmou que se dispôs a disponibilizar recursos, por meio de emenda ao Orçamento da União, aos municípios onde foram registrados danos materiais às famílias que tiveram balsas queimadas pelas PF.

Já Plínio Valério assegurou que a missão, agora, é conversar com autoridades para saber de onde partiu a ordem para destruir as balsas. “Porque todos foram tratados como marginais, e nem todos são marginais”, defendeu o senador. “Quando pessoas do bem são levadas a fazer uma prática ilegal, é porque falta o braço da nação”, acrescentou.

Perigos

Henrique Costa, CEO da Accell Solutions e membro conselheiro do Inter Group, holding de infraestrutura e investimento, afirma que a contaminação da água pelo mercúrio utilizado para a extração do ouro representa um perigo ambiental e de saúde pública. “Impacta toda a cadeia alimentar e produtiva, pois a substância contamina os peixes que vivem nos rios além de afetar diretamente na qualidade da água. Além disso, trata-se de uma substância que possui efeito cumulativo em nosso organismo, resultando desde a má-formação fetal, até a morte. A Amazônia registra altos níveis de mercúrio há anos”, explicou.

CASO KISS 2013-2021

Ex-funcionária acusa os donos

» BERNARDO LIMA*
» GABRIELA CHABALGOITY*

No primeiro dia do julgamento da tragédia da boate Kiss, a ex-funcionária Kátia Giane Pacheco acusou os donos da casa de espetáculos de fazerem várias reformas que tornaram o local inseguro para todos que o frequentavam. Durante o depoimento, ela disse que “com todas as coisas que eles fizeram, elevação do palco, instalação de espuma, eles tentaram nos matar”. A tragédia em Santa Maria (RS), há nove anos, provocou a morte de 242 pessoas.

Questionada sobre as orientações recebidas pela gerência da Kiss para a utilização de artigos pirotécnicos, Kátia assegurou que não recebeu instruções. “Só havia orientação para os meninos que carregavam o balde com espumantes e o fogo, que foram instruídos a carregar bem alto para não derrubar”, destacou.

Além disso, Katia não teve seus direitos trabalhistas assegurados. “Eu não tinha carteira assinada, eu tive que recorrer aos meus direitos trabalhistas na Justiça. Não recebi esses valores. O meu processo foi finalizado em novembro de 2019, se eu não me engano, e eu não recebi nada”, cobrou.

Segundo ela, logo que saiu do hospital, fez tratamento psicológico e psiquiátrico. “Me vinham as lembranças, uma crise de choro. Quando me perguntavam o que eram as queimaduras no braço, eu falava que foi só um acidente. Agora, o que voltou a me preocupar foi ter que testemunhar e lembrar”, desabafou.

Sobre a sessão de ontem, o advogado Pedro Barcellos, que representa a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, afirmou que foi esclarecedora. “A acusação deixou clara a autoria e materialidade do caso. E

Reprodução/Twitter



Kátia disse não ter sido orientada para artefatos pirotécnicos

tentamos cada vez mais, e vamos continuar tentando deixar claro que os réus praticaram o fato criminoso e que eles sejam condenados conforme determine os ritos da lei”, observou.

Também na sessão de ontem, foram sorteados os sete jurados que comporão o júri. Serão seis homens e uma mulher, que deverão permanecer incommunicáveis até o fim do julgamento.

O juiz-presidente do caso é Orlando Faccini Neto, titular do 2º Juizado da 1ª Vara do Júri da Comarca de Porto Alegre — para onde o julgamento foi levado a pedido dos advogados de defesa dos réus, por considerarem que se acontecesse em Santa Maria o resultado poderia não ser justo.

Os réus são os sócios da boate, Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, além do vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, e do produtor musical Luciano Bonilha Leão. Todos respondem por homicídio simples, com dolo eventual — quando se assume o risco de matar. A expectativa é de que o julgamento dos quatro dure pelo menos 15 dias. No total, serão inquiridas 19 testemunhas, já que uma delas é comum a duas defesas.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi